

SITUAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL E A PROTEÇÃO SOCIAL

A promoção da igualdade de gênero requer investimentos diretos em educação, saúde, além de oportunidades econômicas e direitos políticos que podem possibilitar, no longo prazo, o desenvolvimento sustentável das próximas gerações. AS centrais Sindicais brasileiras CUT e UGT trabalham diretamente para buscar o fim de todas as formas de violência, colocando na pauta do movimento sindical e fazendo políticas de alianças com os outros movimentos sociais além atuar de forma direta nas políticas públicas.

POBREZA EXTREMA E AS MULHERES

Famílias chefiadas por mulheres negras que se encontram abaixo da linha da pobreza

63%

Proporção de famílias chefiadas por mulheres brancas

39,6%

(SIS-IBGE-2018)

ACESSO AO EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL DAS MULHERES

13,9%

Taxa de desemprego Feminino. Segundo o IBGE (2019) as mulheres são mais da metade dos desempregados com uma média nacional de 11,8%.

A Proporção de mulheres chefas de família tem aumentado de 24,8% para 43% nos últimos 20 anos.



Hoje em dia no Brasil, a grande maioria das trabalhadoras só tem acesso a Seguridade Social se contribuem. E isto excluem as trabalhadoras informais, as mulheres mais pobres que na sua maioria são negras e que tem trabalhos mais precários.

USO DO TEMPO E O VALOR SOCIAL DO CUIDADO

92%

das mulheres empregadas (em trabalho remunerado) realizam tarefas domésticas. Em média, usaram 25 horas na semana para estas tarefas.

(PNAD/2006)

40

Milhões de Mulheres trabalham exclusivamente na casa.

Os dados mais recentes, de 2015, estimam que as tarefas domésticas representaram o equivalente a 11,3% do PIB deste ano.



IGUALDADE SALARIAL

+3

semanais as mulheres trabalham mais que os homens (somando o trabalho remunerado, as atividades domésticas e o cuidado com as outras pessoas), porém ganham apenas dois terços (76%) do seu salário.

20,5%

ganham as trabalhadoras, em média, menos que os homens no país.

35%

menor é o salário das mulheres brasileiras com filhos em comparação as que não tem filhos, o que destaca o impacto da maternidade no salário das mulheres.

A legislação brasileira garante a igualdade de remuneração entre homens e mulheres na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) desde 1.943. No texto, a determinação de que os salários devem ser iguais "sem distinção de sexo" aparece em pelo menos quatro artigos: no 5, no 46, no 373-A e no 461.



A diferença salarial entre homens e mulheres se mantem em média de 23%, porém em alguns casos pode chegar até 30%. No caso das mulheres negras, a diferença pode chegar em ate 70% em comparação aos homens brancos.

SEGURANÇA SOCIAL VELHICE – SAÚDE



APOSENTADO RIA 60 PARA 62 ANOS.

A Reforma da Previdência Social instituiu um aumento na idade (de 60 para 62 anos) para ter acesso a aposentadoria, além de mudanças nas formas dos benefícios. Estas mudanças afetaram particularmente as mulheres, já que se encontram em trabalhos mais precários, informais e desprotegidos e a maioria delas não terão direito ao acesso aos benefícios da aposentadoria.

DESIGUALDADE ECONÔMICA DAS MULHERES



Nº 130

Posição que ocupa o país na classificação que analisa a igualdade de remuneração entre homens e mulheres com trabalhos similares.

O nível de dignidade socialmente construído, relacionado com o trabalho remunerado, o emprego formal e a tempo completo, continua sendo branco e masculino. É necessário analisar as relações sociais de gênero e raça estabelecidas desde o início da formação social do Brasil.



PARTICIPAÇÃO LABORAL



Em ocupações que exigem nível superior completo ou mais, a diferença salarial é ainda maior: As mulheres recebiam 63,4% do salário dos homens em 2016, o mais recente disponível.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS



6,3 MILHÕES

de trabalhadoras Domésticas atualmente no Brasil. Deste total, 1,5 milhões possuem carteira de trabalho assinada; 2,3 milhões estão empregadas de maneira informal e 2,5 milhões trabalham como diaristas, ou seja, até dois dias na semana para a mesma empregadora, sem vínculos trabalhistas.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

VIOLÊNCIA

De acordo com o Ministério do Trabalho, ocorreram 165 denúncias de assédio sexual em 2012, que cresceu para 340 em 2017, mais que o dobro. Com a Reforma Trabalhista, mesmo que tenha aumentado as denúncias de assédio, os trâmites na justiça diminuíram.



PROTEÇÃO DA MATERNIDADE

A ausência de políticas públicas adequadas, como creches, escolas em tempo integral e a falta de renda suficiente para pagar uma baba, fazem com que muitas mulheres sejam obrigadas a deixar o trabalho para cuidados dos seus filhos.

(FGV)



¿PARA ONDE AVANÇAR?

ADOÇÃO

Adoção de normas favoráveis aos direitos laborais das mulheres e a Proteção Social enfatizando a seguridade a curto e longo prazo.

A necessidade de recordar quais são os compromissos do Estado assumidos no marco da Normas Internacionais é importante para dar vigência/validade permanente.

REFORMA

É importante revisar a Reforma da Previdência Social de curto e longo prazo de acordo com os novos desafios colocados pela situação demográfica mundial, no Brasil e nos países da América e Caribe. Proteção Social desde a importância de estabelecer políticas públicas educativas, de saúde e emprego baseada nos novos desafios da ciência e da tecnologia e a exigência de formação profissional segundo novos currículos.

ELIMINAÇÃO

A diferença do uso do tempo com o cuidado, as desigualdades salariais, a violência e assédio laboral.

CONVÊNIOS

O Brasil ratificou o Convênio 100 com sua recomendação a Convenção 189. O cumprimento do Convênio 100 ainda não está a altura do exigido. Quanto ao cumprimento do Convênio 189, a legislação foi reformada – Emenda Constitucional e Projeto de Lei para a Inclusão dos Trabalhadores Domésticos, embora não tenha sido equiparado com os demais trabalhadores. Porém, com a Reforma Trabalhista aprovada no país, com retrocessos aos direitos, aumentou o número de mulheres trabalhadoras sem vínculos laborais formais, especialmente as mulheres negras.

PARA LEVAR EM CONTA

Os sistemas de proteção social podem apoiar a economia e estabelecer as bases para resiliência de maneira que a população possam lidar com as perturbações / choques futuros. A Seguridade Social é uma importante ferramenta para prevenir e reduzir a pobreza, as desigualdades, a insegurança e a exclusão social; Promover oportunidades iguais e Igualdade de Gênero e Raça; além de Apoiar a transição do emprego Informal para o formal. Garantir o acesso à seguridade social é um investimento que permite que as pessoas se ajustem a possíveis mudanças e transtornos na economia e no mercado de trabalho, e os sistemas de seguridade social atuam como estabilizadores sociais e econômicos automáticos.

Eles ajudam a estimular a demanda agregada em tempos de crise e em geral, e ajudam a apoiar uma transição para uma economia mais sustentável. Os países que atualmente têm níveis mais altos de igualdade estabeleceram fundos de proteção social universal na época, à medida que construíam suas economias e lidavam com os níveis de pobreza extrema. Onde quer que as opções políticas para o estabelecimento de sistemas de proteção social tenham sido feitas, elas lançaram as bases para uma riqueza compartilhada. Esses mesmos países agora têm uma resiliência sistêmica para melhorar os efeitos diretos das crises globais e para moderar o impacto social e econômico da COVID-19.